

“A GENTE NASCE ASSIM...” : REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DE MULHERES MIGRANTES RURAIS INSERIDAS NO TRABALHO DOMÉSTICO URBANO

Guélmer Júnior Almeida Faria¹
Andrea Maria Narciso Rocha de Paula²
Maria da Luz Alves Ferreira³

Introdução

Pensar as representações identitárias de mulheres migrantes nos parece uma tarefa complexa. As perspectivas em relação à mulher, a sua identidade de gênero e sobreposto a isso sua condição de migrante, esse ser que é móvel dado no seu tempo e espaço, nos instiga a pesquisar essa mobilidade e suas interfaces com o trabalho.

Segundo Bhabha (1998, p. 106) a identidade do ser se expressa pela “fixidez deslizante”. Ela é fixa porque conota algo fixo

¹ Doutorando em Desenvolvimento Social. Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (2014) graduado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (2008). Bolsista CAPES.

² Professora doutora no curso de Ciências Sociais, lotada no Departamento de Política e Ciências Sociais (DPCS) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES- MG). Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social. Doutora em Geografia pelo PPGE-IG-UFU (2009). Estágio realizado no CES- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra na Faculdade de Economia sobre a orientação do professor Boaventura de Sousa Santos em Coimbra Portugal (2008). Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia- Instituto de Geografia (2003). Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Montes Claros. Pesquisadora CNPq e FAPEMIG.

³ Possui doutorado em Ciências Humanas - Sociologia e Política - (2007), pela UFMG, e mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000). Atualmente é professora do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. É bolsista de Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - BIP/FAPEMIG. É coordenadora operacional do Doutorado Interinstitucional em Ciências Sociais convênio Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Montes Claros 2012 - 2016. Foi eleita coordenadora associada do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS para o biênio 2014-2016.

imutável que sempre existiu de forma coesa. Mas ao mesmo tempo a identidade na modernidade se insere através de um processo de construção e desconstrução contínuo. Bhabha não propõe uma terceira opção entre o fazer parte da cultura do colonizador ou do colonizado⁴. O que se almeja é a possibilidade de deslizamento contínuo das diversas categorias que esse novo ser venha a formar.

Para Hall (2005, p. 45) a identidade assim como Bhabha; também a percebe numa perspectiva moderna, como uma categoria em que os indivíduos que antes eram vistos como sujeitos unificados, agora são fragmentados. O ser é continuamente deslocado do seu *locus* social e cultural. Essa crise de identidade que perpassa o ser colonizado sempre existirá, já que a identidade agora é concebida como algo a ser pensado e repensado continuamente.

A tríade mulher-migrante-doméstica sofre transformações significativas no seu modo de pensar e agir, nas suas prioridades axiológicas, na posição e no reconhecimento social e no intenso confronto com a alteridade. A nova percepção de diferença se dá numa nova estética de valores, em nova conformidade na posição social, na performance enquanto trabalhador e na estratégia de aproximação. Nos dizeres de Bhabha (1998, p. 29) “o desejo de reconhecimento, “de outro lugar e de outra coisa”, que leva experiência da história além da hipótese instrumental. Mais uma vez, é o espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência”.

Por outro lado, Hall (2005, p. 23), nos diz que a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é

⁴ O pensamento “Pós-colonialista” faz parte da corrente de pensamento influenciada pelos Estudos Culturais e pela crítica literária após a ocupação colonial e como a sociedade é projetada nela. Gayatri Spivak, H. Bhabha, Anibal Quijano, Frantz Fanon, Fernando Ortiz e outros autores apresentaram obras literárias que foram produzidas em regiões colonizadas, como a Índia, Ásia, África e América na condição de defensores dos colonizados, expressões culturais e dos efeitos identitários sofridos no processo de colonização.

“preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.

Assim, pensar um lugar com características próprias, onde se imbricam a relação habitante (mulheres) identidade (trabalhadoras domésticas) e lugar (Distrito de Muquém- Mirabela-MG), reforça a análise do processo migratório para a questão da espacialidade (espaço), da temporalidade (tempo) e da reprodução (trabalho). Segundo Silva (2010, p. 45), as dimensões espaciais construídas ao longo da história do Distrito caracterizam relações de espaço vivido e lugar, onde se destacam fluxos de produtos, capitais e população, inseridos na conjuntura global, mas sem perder o perfil identitário típico do rural.

O lugar é o espaço de vivência de um grupo humano, ambiente em que há sensação de pertencimento, identidade e afetividade; onde ocorre a concretização das possibilidades do mundo (fruto das relações globais locais). Para Santos (2006, p. 222), “vir para a cidade grande é, certamente, deixar para trás uma cultura herdada para se encontrar com outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”.

No dizer de Castells (1997, p. 6) e Giddens (2002, p. 14), as bases sobre as quais se ergue a identidade devem ser construídas como um processo flexível e dinâmico, sob o qual estão inerentes e permanentes em transformações. O indivíduo recebe diversas influências e atua continuamente em diferentes contextos, integrando pertenças múltiplas e desempenhando papéis variados que coexistem e se interrelacionam. Existindo um vasto conjunto de opções e possibilidades, característico da crescente interligação entre as influências globalizadoras e as tendências pessoais, os indivíduos são forçados a negociar estilos de vida como parte da construção da sua autoidentidade.

Nesse sentido, a identificação tem relação com as hierarquias de poder da sociedade, hierarquias que se cristalizam nos corpos, para Bhabha (1998, p. 211) o hibridismo como a abertura de novos espaços de enunciação que redesenham as relações supostamente

simétricas das relações de poder contestando suas hierarquias de poder, abertura que é produzida na zona de negociação, de contestação e mudança. Desta forma, o hibridismo pode ser compreendido como uma nova opção para as ações políticas de liberação, pois se o mesmo “nega a o essencialismo de uma cultura anterior original ou originária”.

De acordo com Hall (2005, p. 77-89), o argumento sobre a homogeneização global das identidades é que a globalização é muito desigualmente distribuída ao redor do globo, entre regiões e entre diferentes estratos da população dentro das regiões. Isto é o que Doreen Massey chama de “geometria do poder” da globalização. Os padrões de troca cultural desigual, familiar desde as primeiras fases da globalização, continuam a existir na modernidade tardia.

Neste contexto torna-se extremamente difícil, para a mulher que migra de uma comunidade rural para trabalhar como doméstica na cidade a identificação sociocultural com a terra de chegada, o penetrar no lugar dos outros (casa das patroas), habituar-se aos estilos de vida da nova casa e os novos costumes do ambiente urbano.

O objetivo deste trabalho é identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres migrantes rurais trabalhadoras domésticas nas relações sociais estabelecidas no contexto urbano, particularmente com relação aos novos costumes e analisar a questão da identidade quanto à sua inserção na cidade.

1. Abordagens metodológicas

Esse artigo pretende através de uma abordagem qualitativa dialogar com as diferentes áreas das Humanidades. Na visão de Paula (2009, p. 33), “a abordagem qualitativa na pesquisa tem como marca o saber do outro, significando uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos que são possuidores de histórias que possam ser desveladas”.

O aporte teórico adotado é o fenomenológico, segundo Marandolla Júnior e Gallo (2010, p. 407), em termos fenomenológicos, a atenção recai sobre a forma como o fenômeno aparece na experiência. O que é ser migrante? Essa pergunta expressa também uma preocupação ontológica original: o migrante é um ser deslocado, movido de seu lugar primevo. E é neste deslocamento que procuramos o significado do que é esta condição.

As migrações podem ser examinadas à luz de duas abordagens dentro da Sociologia: a construção teórica “clássica” de Paul Singer, que define um marco macroestrutural para a compreensão das migrações, cujo fundamento é o desenvolvimento do capitalismo; e o enfoque usado por José de Souza Martins em estudo sobre as migrações temporárias, onde trata das manifestações concretas do problema em nossa realidade social.

Atualmente nos estudos migratórios, observam-se o fortalecimento da atenção na identidade e nos elementos simbólicos do processo. (MARANDOLLA JÚNIOR e GALLO, 2010, p. 408).

O local da pesquisa escolhido foi o Distrito de Muquém localizado no município de Mirabela-MG no Norte de Minas Gerais. O Distrito é circundado pelos povoados de Vereda, Ana Gonçalves, Fiúza, Mata Barroca e Passagem de Cima. Muquém dista 14 km da área urbana de Mirabela e fica a 76 km do município de Montes Claros. A opção por realizar a pesquisa em Muquém deve-se ao fato de nessa localidade não haver estudos sobre o tema, e segundo Silva *et al.* (2010) o desemprego é maior entre os jovens, que são obrigados a migrar para outras localidades em busca de emprego.

O Distrito de Muquém em Mirabela-MG foi escolhido como sendo um dos locais, pois segundo Fonseca (2010, p. 2), “no pequeno município de Mirabela, inserido no norte de Minas Gerais – região sudeste do Brasil - as migrações fazem parte do cotidiano da população desde o início da ocupação e formação do município, sendo uma ocorrência tanto intra como interestadual”.

Os sujeitos da pesquisa são mulheres escolhidas por amostra por conveniência e informantes chaves, famílias de origem, empregadores e através dos testemunhos dos pesquisados. Como nos propusemos a pesquisar um grupo de mulheres migrantes que participasse no trabalho doméstico urbano, pareceu-nos viável identificar na comunidade de origens informantes privilegiados, que pudessem apontá-las.

A técnica de pesquisa principalmente utilizada é a da observação participante fundada nas entrevistas em profundidade e no convívio com os informantes. Optamos por colocar nomes fictícios nas falas das entrevistadas para proteger sua identidade, assim, elegemos seis nomes de personagens da telenovela brasileira, por considerar o papel estereotipado das empregadas domésticas.

As entrevistadas têm idades compreendidas entre os 20 e os 28 anos. A maioria é natural de Mirabela-MG e uma é natural de Patis - MG. Em relação ao estado civil, duas são casadas, e quatro solteiras. Os rendimentos variam de 800,00 reais a 900,00 reais. A formação escolar está compreendida entre o Ensino Fundamental Incompleto e o Ensino Fundamental Médio; algumas delas começaram uma formação técnica, no entanto, abandonaram ficando sempre a promessa de “um dia” retornar.

O quadro-resumo (Quadro 01) demonstra os principais dados das mulheres migrantes participantes desta pesquisa, como idade, local de nascimento, localidade e data de emigração.

Quadro 01
Caracterização preliminar das entrevistadas de origem (Distrito de Muquem – Mirabela – MG), empregadas domésticas em Montes Claros, 2013.

Entrevistada	Idade	Naturalidade	Idade de chegada
Zezé	21 anos	Mirabela-MG	16 anos
Janaína	20 anos	Mirabela-MG	15 anos
Penha	23 anos	Mirabela-MG	17 anos
Socorro	26 anos	Mirabela-MG	17 anos
Marilda	27 anos	Mirabela-MG	19 anos
Lídia	28 anos	Patis-MG	18 anos

2. Migração e trabalho doméstico: da invisibilidade às políticas públicas

Historicamente, o trabalho doméstico sempre carregou o estigma da servidão. Primeiro com a cooptação de “moças do interior” para “ajudar” a servir a nova classe burguesa que estava emergindo, sobre a esfera privada, essa relação de trabalho sempre se manteve na invisibilidade. Para Fernandes (1963, p. 84), o processo de mudança social da sociedade brasileira é profundamente marcado pelo embate entre o que denomina o “antigo regime” e a “instauração de um novo padrão civilizatório na sociedade brasileira”. O primeiro – o antigo regime – corresponde às forças sociais herdadas do sistema colonial. Ele significa, externamente, a dependência, internamente, sua reprodução através de formas de dominação patrimonialistas e de relações “arcaicas” de produção, fundamentalmente cristalizadas no ambiente rural. (WANDERLEY, 2010, p. 21).

Segundo Melo (1998, p. 1):

A problemática sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil se deu de maneira parecida com a dos Estados Unidos. Antes da abolição da escravatura, os responsáveis pelas tarefas domésticas eram escravos. Durante todo o século XIX, além de contar com os escravos domésticos, as famílias podiam usufruir, do que a autora denomina “ajuda contratada”, ou seja, ajuda de mocinhas que colaboravam com as tarefas domésticas, que se tornou uma fonte adicional do trabalho doméstico, e que se configurou tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, no pós-abolição, como a maior fonte de trabalho de mulheres. Essas meninas eram enviadas por suas famílias para outras casas. Na maioria dos casos, essas moças eram pobres, solteiras, analfabetas ou semi-alfabetizadas, filhas de agricultores que tinham como único meio de sobrevivência o cultivo da terra. Elas realizavam tarefas domésticas em troca de alimentação, moradia, vestimentas e poucos rendimentos. Com o advento da industrialização e da urbanização, e com a dilatação da classe média, essa “ajuda” transformou-se em trabalho doméstico.

Com a expansão da classe média via processo de urbanização e industrialização transformou-se a relação trabalho doméstico - serviço em serviço doméstico. Segundo Brites (2000, p. 12), “o serviço doméstico proporciona o encontro de classes desiguais numa sociedade cada vez mais marcada pela segregação e o medo do “outro”; a empregada doméstica aparece como um elemento “arcaico” (tanto pela sua intromissão na intimidade, como pela desigualdade social e econômica que evidencia) no seio da “família moderna”; o serviço doméstico pauta-se em relações de trabalho clientelistas numa época marcada pela cidadania”.

Bernardino-Costa (2012, p.451), chama atenção para a dinâmica da desigualdade global entre patroas e empregadas, marcadas por relações de dependência e exploração econômica. Entretanto, essas relações não são somente informadas por aspectos estritamente econômicos, sendo entrecortadas por desigualdades geopolíticas, raciais e de gênero. Para as trabalhadoras domésticas migrantes, o trabalho é associado a estratégias de sobrevivência, mobilidade social e autonomia.

Essa inserção configura-se como um trampolim para a entrada no mercado de trabalho produtivo via trabalho reprodutivo⁵. Na visão de Jacquet (2003, p. 176) o deslocamento social marca a construção de uma nova identidade social que o trabalho doméstico deve possibilitar. O trabalho doméstico constitui um canal de acesso e de estabelecimento na cidade.

Assim, de acordo com a 99ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2010, p. 1), o trabalho doméstico é uma significativa fonte de ocupação para muitas mulheres no mundo e porta de entrada no mercado de trabalho para as mulheres mais pobres sendo negras, em sua maioria.

Segundo a 99ª Conferência Internacional do Trabalho/OIT (2015, p. 2), a demanda pelo trabalho doméstico remunerado tem crescido em todas as partes do mundo, na América Latina e Caribe,

⁵ Este trabalho é definido pela antropóloga Shellee Colen (1995, p. 78), como o “trabalho físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas [households] e pessoas (da infância até a velhice).”

14 milhões de mulheres são trabalhadoras domésticas sendo esta a profissão que mais ocupa mulheres na região (14% da ocupação feminina). O relatório indicou que no mundo existem cerca de 52,6 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico. No entanto, também alerta sobre a dificuldade para recolher números e dados sobre uma ocupação que se realiza a portas fechadas e recorda que segundo estimativas da própria OIT o número poderia ser de até 100 milhões de pessoas no mundo.

Em relação aos Estados Unidos, por tratar de uma ocupação com poucas demandas, ainda segundo a OIT (2015) existe entre 10% e 15% das residências latino-americanas que contam com apoio doméstico remunerado de forma estável. De acordo com o relatório da 99ª Conferência Internacional do Trabalho (2015, p. 2), mudanças na estrutura familiar e na organização do trabalho contribuem tremendamente para isso. A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a frequente insuficiência ou ausência de políticas públicas, programas e ações que promovam a conciliação entre o trabalho e a vida familiar são aspectos marcantes destas mudanças. Contribuem ainda para este quadro o envelhecimento da população e a intensificação da jornada de trabalho nos anos mais recentes.

E pensando numa sociedade como a brasileira, onde há anos este serviço esteve à franja do mercado, em constante oscilação, nota-se uma transformação gradual dentro da própria categoria "doméstica". O aquecimento do mercado de trabalho, crescimento econômico e dinamismo da economia, geraram novos postos de trabalho, como as empresas de telemarketing, que mesmo se configurando em outra forma de precarização de trabalho têm recebido esta mão-de-obra. (FARIA e MACEDO, 2013, p. 21).

Uma das explicações está ligada ao reconhecimento da atividade, a ampliação do mercado de trabalho e uma maior qualificação das mulheres. (FARIA e MACEDO, 2013, p. 22).

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2015), o contingente de trabalhadores domésticos voltou a aumentar no início de 2015 no Brasil. Ao todo, 6,019 milhões de pessoas estavam nesta condição de ocupação no primeiro trimestre

deste ano, contra 5,929 milhões em 2014. A formalização de fato aumentou em um ano. Os trabalhadores domésticos com carteira assinada subiram para 32,3% no primeiro trimestre de 2015, contra 31,5% de 2014.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/2015) percebem-se mudanças crescentes na inserção dos trabalhadores domésticos nos mercados de trabalho regionais, ainda que não se possam distinguir, com precisão, quantas delas decorrem da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de abril de 2013 (PEC das Domésticas) e o quanto são determinadas pelos movimentos da conjuntura econômica do país. A categoria, por sua vez, quantitativamente relevante, é caracterizada por ainda ser uma das mais importantes alternativas de inserção ocupacional feminina na sociedade brasileira.

De acordo com Melo (1998, p. 1), o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. Funciona como a porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas brasileiras.

O trabalho doméstico realizado de diversas maneiras, seja em residências particulares de forma constante ou intermitente, há muito absorve a mão-de-obra feminina no Brasil, estando estreitamente ligado ao movimento migratório, interno e externo. (MELO, 1998, p. 6).

Pela ótica dos papéis de gênero, nos dizeres de Silva (2013, p. 76):

O trabalho doméstico torna-se um problema porque com esse tipo de serviço leva-se juntamente todo um histórico de desvalorização que dissemina a diferença entre o espaço público e o espaço privado, entre homens e mulheres. E essa construção cultural sobre o trabalho doméstico, tido como função “natural” da mulher, corrobora a visão de desprezo e de insignificância da sociedade em relação ao trabalho realizado pelas empregadas domésticas. Além disso, como nos diz Saffioti, o gênero é uma das formas de articular poder junto com classe social e etnia, sendo, portanto, questões inseparáveis.

Valim (1996, p. 32), alertava para o intenso fenômeno que vem ocorrendo em áreas onde predomina a concentração de terras e que expulsa os trabalhadores do campo, estando ligado à migração de mulheres para as grandes capitais ou cidades médias, onde se empregam como domésticas.

Segundo Jacquet (2003, p. 180), o trabalho doméstico constitui um canal de acesso e estabelecimento na cidade, cujo objetivo é a construção de uma nova identidade social que o trabalho doméstico deve possibilitar. E as trabalhadoras domésticas participam ativamente da formação da população urbana brasileira.

Para Lisboa (2007, p. 813), como trabalhadoras domésticas, as mulheres migrantes enfrentam vários tipos de discriminação, tendo como norte uma subjetividade de classe que, se sobrepõe com as condições de gênero e etnia, produz uma transformação na subjetividade delas. Estas no processo conflitivo e dialético de construção de sua subjetividade, de um lado lutando contra a discriminação de gênero, classe e etnia, e de outro afirmando sua identidade de mulheres e trabalhadoras domésticas que lutam por uma causa comum.

Para Camillotto (2002, p. 28),

Um dos aspectos que tornam mais complexas as relações do trabalho doméstico é o não enquadramento desta modalidade de trabalho no sistema hierárquico peculiar da sociedade capitalista, uma vez que, devido às dificuldades de inserção de intermediários no dia-a-dia da convivência entre as partes, situa-o como vulnerável.

A invisibilidade que cerca o trabalho doméstico permanece como uma nuvem sombria sobre a condição feminina. A própria sociedade ignora as normas que regulam as relações de trabalho doméstico (MELO e DI SABBATO, 2011, p. 182).

Deste modo, são válidas as reflexões de Matos (2009, p. 878): o mercado de trabalho doméstico tem que ser considerado como de

fato é, um ambiente relacional, em um país de desigualdade de renda e oportunidades, mas onde o pacto de mútuo benefício deve ser protegido e incentivado, favorecendo a livre empregabilidade, expurgando aqueles que confundem a proximidade da relação de emprego dentro de casa com o direito ilimitado ao trabalho do outro.

Lisboa (2007) ao analisar os fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo apontou como motivos as seguintes questões:

1) a questão socioeconômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no local de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer um país diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no local e motivam a emigração (LISBOA, 2007, p. 810).

As implicações desta modalidade de interação migração-trabalho doméstico podem ser vistos como uma forma de inserção mais rápida de ocupação. O que não se configura como uma estabilidade. Em recentes estudos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de abril de 2015 pôde-se indicar a inserção mais frequente ao trabalho realizado pelas diaristas, prestação de serviços de forma avulsa e autônoma, que absorvia mais de 30% das mulheres ocupadas no trabalho doméstico remunerado em quatro das cinco regiões pesquisadas.

Ao se deslocarem, como diaristas, que é uma modalidade de ocupação sem a possibilidade de morar no emprego, encontram na

rede de apoio um lugar para se estabelecer até poder alugar uma moradia.

Segundo Borges (2010, p. 14), as mulheres migrantes encontram empregos nas atividades domésticas e outras profissões na base da hierarquia laboral. Trabalham muitas vezes em regime temporário (diaristas) e horário indefinido, informalmente, o que as torna potencialmente mais vítimas de discriminações e racismo.

A PEC 66/2012, aprovada pela Câmara dos Deputados em novembro de 2012 modifica o parágrafo único do artigo 7º da Constituição, acrescentando novos direitos àqueles que já são garantidos aos empregados domésticos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 1999 e 2009, o percentual de empregados domésticos formalizados aumentou timidamente de 23,7% para 26,3%. No entanto, forças sindicais e outros setores da sociedade ainda são temerosos sobre essa nova legislação.

Portanto, percebemos em relação à organização e associações a luta para incluir políticas de proteção social, direitos sociais e estratégias de organização e de comunicação sobre o trabalho doméstico.

3. Da tradição aos novos costumes: “*A gente vai se acostumando...*”

O que procuramos analisar neste tópico é a percepção da integração das jovens migrantes à saída de uma tradição das suas origens para a aquisição de novos costumes. A integração é a condição (ou processo) de se sentir membro integral e ativo da sociedade em que vive, dispondo dos meios e oportunidades para participar, tanto quanto se queira, num contexto social e cultural mais abrangente.

Segundo Gallo e Marandolla Jr (2008, p. 2), “o movimento migratório implica, em termos existenciais, sair do seu lugar, num processo de desterritorialização, deixando os lugares de infância,

juventude ou idade adulta, responsáveis pela sua formação enquanto pessoa e sob os quais está edificada sua identidade”.

Para Santos (2006, p. 222),

A mobilidade se tornou uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de desterritorialização. Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização.

Embora seja importante perceber que o conceito de integração é ambíguo e envolve amplos conceitos de identidade, pertencimento e cultura. Segundo Angelin (2012, p. 166), “apesar da densidade e da força dos laços das redes de parentesco, a adaptação em uma nova localidade, numa terra onde a cultura e os costumes, muitas vezes, são distintos em relação aos do migrante, nem sempre ocorre pacificamente”.

O que se percebe é que as jovens de Muquém também sofreram algum tipo de mudança nas suas identidades. Para Fanon (2008, p. 175), a busca por reconhecimento, que marcaria a percepção identitária, seria mais performática e estratégica do que essencialista. Não significa o abandono, mas uma re-significação dos discursos identitários anteriores, próprio da transitoriedade e hibridiz do presente.

De acordo com o relato dos moradores a menina quando retorna de Montes Claros volta “toda produzida”, bem vestida, maquiada, de salto alto. Nesse sentido, há certo *status* de que ser doméstica em Muquém é algo bom, relacionando as meninas às mulheres da cidade. Na verdade, o que ocorre é que essas meninas tentam reproduzir o comportamento de suas patroas. Há relato de familiares de que algumas delas compram presentes para suas famílias como: sofá, guarda-roupa, televisão, etc. O que chama atenção é que o trabalho doméstico nas cidades é desvalorizado, enquanto em Muquém ele mantém certo *status* garantindo seu reconhecimento.

Do ponto de vista de Bhabha (1998, p. 84), esta ação cultural se daria como um ato inerentemente híbrido e projetivo. Ele afirma que a maneira de se vestir, de falar, tudo tem de formar uma noção composta de identidade, aí nos sentimos seguros. Entretanto, não devemos ler essas coisas como marcas de identidade, mas como mensagens misturadas, diferentes. Por exemplo, o salto alto e a maquiagem são códigos que a jovem brinca com os diferentes tipos de linguagens, expectativas, normas e códigos de uma esfera pública metropolitana pós-migração.

O processo de desenraizamento original iniciado pelo movimento migratório se dá, segundo Marandola e Dal Gallo (2010, p. 410), “em termos existenciais, pela alteração da territorialidade consolidada, a modificação desta relação originária *self-lugar*”⁶.

“Primeira vez é tudo estranho, né? Longe da família, é tudo meio estranho, hoje não, eu não sabia ir a lugar nenhum, hoje eu já sei mais ou menos ir nos lugares, nas coisas, hoje já mais tranquilo para mim”. (Marilda, 27 anos).

Quando se refere ao período de adaptação na sociedade de destino, é aquele momento em que pesam vários elementos da nova convivência no lugar, tais como: novos costumes, novos modos de vestir, falar, novos hábitos culturais, novos sabores, novo clima. Esses elementos para o migrante podem ser simbólicos ou ressignificados, quando o migrante não cria novas estratégias de sobrevivência. Pela fala da entrevistada, percebe-se que o clima foi um dos elementos marcadores de transição para o outro lugar: “O clima é diferente. Aqui é uma cidade bem mais quente e lá já em Muquém é uma cidade bem fria, gelada”. (Janáina, 20 anos).

Em relação ao tempo livre são condicionadas pelas atividades presentes na cidade, incluem passeios ao *shopping* e ida à igreja.

⁶ Marandola e Dal Gallo (2010, p. 410-411), “implicam, portanto, sair dos territórios da segurança e lançar-se no mundo, em lugares de pouca ou nenhuma familiaridade, onde há pouco ou nenhum controle, uma das raízes da insegurança. É por isso que a desestabilização da ligação essencial *ser-lugar* causa um abalo na segurança existencial e identidade territorial do migrante, que tem de enfrentar um desencaixe espacial. Isso o torna suscetível à angústia e ansiedade, impondo a necessidade de enraizar-se no lugar de destino, ou de manter os vínculos com o lugar natal, apesar de ter migrado. A segurança existencial e a identidade dependem de a pessoa estabelecer e cultivar laços com o lugar, envolvendo-se com ele”.

Percebe-se que aqui há um ponto de intercessão entre a vida cidadina (ida ao *shopping*) com o retorno às suas origens (ida a igreja): “Geralmente, às vezes eu saio de vez em quando vou ao shopping”. (Penha, 23 anos). “Sou católica e vou sempre à igreja, vou à igreja do bairro onde minha prima mora”. (Aparecida, 21 anos).

Deste modo, a religião é parte constituinte da identidade do migrante, enquanto expressão da identidade cultural. Nesse sentido, Marandola e Dal Gallo (2010), dizem que o migrante sente a necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar. No entanto, a fixação do migrante no local de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural (novos hábitos e costumes) e espacial (novos espaços).

Integração em termos de pertença, de sentir-se fazer parte de uma comunidade, esta dimensão é uma dimensão subjetiva e pessoal de integração. É interessante notar que as mulheres mantêm hábitos culturais da comunidade de origem, sem, contudo deixar de assimilar hábitos urbanos. Assim, há um processo duplo de pertencimento; manter a tradição e a aproximação.

Neste sentido Aguiar (2007, p. 88) aponta que os estudos de Frederik Barth sobre os grupos étnicos e suas fronteiras demonstrou que não existem diferenças objetivas que levem a seres humanos criarem grupos étnicos diferentes. Os grupos escolhem alguns sinais ou traços diacríticos, como por exemplo, a cor da pele, a vestimenta ou tipo de cabelo para afirmarem sua diferença em relação a outros grupos. Portanto, a identidade é sempre um fenômeno relacional, processual e contrativo. A questão da identidade e da etnicidade apontam para um caráter mais subjetivo de construção de nossas identidades sociais e hierarquias.

4. Questão da identidade: “*Eu, você, nós e os outros*”

Buscou-se entender, na migração das jovens para Montes Claros-MG, a identidade do migrante a partir da relação eu – você –

nós - outros. Como afirma Paula (2009, p. 243), “relações que se constroem não no cruzamento de fronteiras, mas nos e entre os múltiplos espaços de vida que atribuem sentidos e configuram simbolicamente as experiências migratórias que aparecem, evidentemente, constantemente conflituosos”. Estamos considerando “fronteira” de acordo com Martins (1997, p. 150), “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade, e isso que faz dela uma realidade singular”.

Neste sentido, trata-se de abordar o sujeito migrante pelo o contexto material, mas, sobretudo o sujeito como salienta Hall (2005, p. 21) – “desalojado do sistema social” – extraído das suas relações sociais locais de interação, e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo.

Para Dal Gallo (2012, p. 45),

Discutir a relação migrante-lugar implica tratar a migração como uma questão ontológica: “O que nos leva a pensar sobre a identidade do migrante. Situar-se no destino não é algo monolítico, estou “aqui” e sou “daqui” ao migrar estou “lá” e agora sou de “lá”. Ao contrário, situar-se é uma transição ontológica, que envolve as vontades, intenções, humores e necessidade de ser do ser”.

A análise das entrevistas revela que jamais as mulheres migrantes em questão tiveram medo ou vergonha de assumir no seu grupo sua condição de identidade doméstica. Algumas afirmam em suas entrevistas que sempre quando perguntadas se são empregadas domésticas, dizem que sim:

“Falo sim. Na época que estamos vivendo se a gente não estudar não arranja nada, até pra ser doméstica tem que estudar, eu sou doméstica, minha mãe foi doméstica. Nosso trabalho é digno como de qualquer outra pessoa”. (Lídia, 28 anos).

Na visão de Dutra (2012, p. 123), são processos esses que levantam barreiras, sendo algumas delas explícitas e outras praticamente invisíveis, porém muito efetivas. E a condição de

gênero, o ser mulher, constitui-se a base sobre a qual se sustenta o estigma também dotado da dimensão migratória, étnica, de classe e status, que mantém a migrante refém à profissão de trabalhadora doméstica.

Embora Cunha (2007, p. 17-42), afirmem que “o migrante não se enxerga, *a priori*, como um diferente. É no local de destino que o migrante passa a perceber que seu ser simboliza e instiga à percepção de uma forma de ser-e-estar-no-mundo”.

Para Dal Gallo (2012, p. 49), o migrante engendra uma série de atividades que conectam origem-destino. Tal conexão ocorre através de meios tradicionais como telefone, cartas, a própria televisão e jornais, como também por e meios mais atuais como os blogs, os programas de comunicação instantânea, sites de relacionamento (Facebook), os e-mails, etc., os quais permitem a comunicação à distância entre migrantes e não-migrantes. Ao serem questionadas sobre os vínculos mantidos com o lugar de origem: “*Eu sempre procuro saber notícias de Muquem, através de telefonemas, ligo três vezes no dia*”. (Janáina, 20 anos)

Em relação à vida pessoal, foi perguntado sobre namoro ou casamento com pessoa da sua origem do Distrito de Muquem. Segundo Jacquet (2003, p. 164) o casamento está inscrito nos projetos para o futuro da maioria das domésticas. “*Eu e meu namorado estamos pensando em casar, eu namoro com uma pessoa de lá também, ele também trabalha aqui. Estamos juntando um dinheirinho pra comprar nossas coisinhas*”. (Aparecida, 21 anos)

Nessas condições, como constata Jacquet (2000, p. 165), o casamento desempenha um papel fundamental na determinação do estatuto feminino e da identidade social das mulheres.

Percebe-se que os vínculos com alguém de mesma origem é uma maneira de manter sua identidade, assim como eventualmente abandonar o emprego doméstico. As jovens migrantes procuram elaborar estratégias para auto-afirmar sua identidade e meios de chegar a uma pretensa mobilidade social.

Assim, segundo Paula (2009, p. 248),

Os deslocamentos espaciais promovem os confrontos com os outros: lugares, pessoas, hábitos, costumes, tradições, valores,

técnicas de trabalho e modo de vida. A percepção de estranhamento provocada no sujeito da ação torna-se depois compreensão que ao defrontar com a novidade e o diferente, o sujeito passa a ser eu, você, nós e os outros.

Neste sentido, quando se refere à diferença mais marcante no comportamento das pessoas da cidade em relação às pessoas do Distrito de Muquém: *“As pessoas daqui pelo fato de serem estudadas o jeito de conversar é diferente das pessoas da roça, porque o pessoal da roça tem aquele sotaque, acho que o jeito de falar é diferente”*. (Penha, 23 anos).

O processo identitário do migrante se centra no “eu”, enquanto sujeito constituído de um lugar. Ao atravessar a fronteira desse lugar, o contato com o “outro” (você) já implica a diferença (alteridade). A convivialidade nos faz escolher parâmetros e pertencimentos naturais em relação a “nós”. E por fim, ao estar imerso na cotidianidade do lugar eu percebo os “outros” como diferentes do eu.

Fanon (2008, p. 124), exemplifica que o ser fanoniano é constantemente atravessado por essa objetificação do ser em relação ao outro. O ser de que trata Fanon, é o *ser-negro* que se submete à objetificação do *outro-branco*. Eis o processo de alienação, no qual o sujeito-negro não existe enquanto *outro-sujeito*.

Expressar o real é coisa árdua. Mas, quando se resolve expressar a existência, corre-se o risco de não encontrar senão o inexistente. O que é certo, é que no momento em que tento um deslocamento de meu ser, Sartre, que permanece o Outro, ao me denominar, retira-me toda a ilusão. (FANON, 2008, p. 124).

E é nessa perspectiva, segundo Dal Gallo (2011, p. 46) pelo princípio da identidade, elaborado por Heidegger (1999) que:

O princípio da identidade: $A=A$. O filósofo chama atenção para a necessidade de meditar essa igualdade de maneira menos leviana, entendendo-a não simplesmente como A é A , mas sim A é A . Este é, Heidegger argumenta, indica o teor fundamental do princípio, qual seja: todo e qualquer ente é ele mesmo consigo mesmo o mesmo. Em outras palavras, o princípio da identidade

coloca que a unidade da identidade constitui um traço fundamental no seio do ser do ente.

A identidade é pensada como forma de reprodução do real vivido (lugar) e no real pensado (espaço). A identidade como representação social, onde nos remete sobre as vivências e experiências percorridas na espacialidade e na temporalidade.

É dentro da perspectiva da diferença que o eu se estabelece e essa posição se dá na fronteira como marca de distanciamento e aproximação com o outro. A identidade é um posicionamento provisório, o indivíduo se reveste de várias identidades (representação) em pares de oposição, como diz Hall (2005, p. 13) identidades “híbridas”; o sujeito assume identidades diferentes à medida que os sistemas de significações e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis.

“Toda experiência precisa ser interpretada e decifrada. Como diz Heidegger (2001) ser o aí lançado no mundo. Assim, como a fenomenologia herda as noções de intencionalidade, ser-no-mundo, existenciais, mundo-de-vida, consciência, corporeidade, espaço e tempo, mundo e alteridade”. (FREIRE, 2008, p. 266).

Os migrantes são os existenciais, são o temor e o desespero, a temporalidade e a espacialidade, a sintonia e a dissonância com o mundo, a consistência e a materialidade. (FREIRE, 2008, p. 266).

Por isso, essa nomeação de “trabalhadoras domésticas migrantes de Muquém” não busca isolar nem impor-lhes uma forma de identidade. Sim, como salienta Dutra (2012, p. 123), busca através da perspectiva das próprias mulheres reconhecerem processos de identificação e de alteração que permitem identificar fronteiras sociais entre: “elas” e os empregadores, “elas” e os moradores da cidade (Montes Claros), “elas” e outras trabalhadoras domésticas.

Logo, “os critérios objetivos” na busca por uma definição de uma identidade como caracteriza Bourdieu (1998, p. 112), na prática social são objetos de representação, sejam mentais (percepções e apreciações, conhecimentos e reconhecimentos, objetos de investimentos dos interesses e pressupostos dos agentes sociais), sejam objetais (coisas ou ações estratégicas) interessadas de

manipulação simbólica que objetivam “determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores”.

Considerações finais

A realização deste artigo permitiu-nos abordar um assunto que há anos vem sendo recôndito na nossa sociedade, que é buscar no meio rural alguma menina/mulher/criança para trabalhar em casas de famílias como empregadas domésticas. Trata-se de um aspecto relevante do contexto rural-urbano brasileiro que se vincula à difícil realidade experienciada por centenas ou milhares de mulheres oriundas do campo.

Em relação à passagem da tradição aos novos costumes citadinos, uma das falas das entrevistadas foi: “*A gente vai se acostumando*”, em termos de pertencer, de fazer parte de uma comunidade, as mulheres do Distrito de Muquém-Mirabela-MG, mantêm hábitos culturais da sua comunidade, sem com tudo deixar de assimilar os hábitos urbanos. Por isso, é possível notar um processo duplo de pertencimento entre o manter a tradição e a aproximação do novo.

Por sua vez, ao analisar as novas relações sociais e de trabalho; está revestido no projeto de “mudar de vida” tendo a promessa de estudar como pano de fundo aliado à inserção no primeiro emprego que não requer educação formal. Percebe-se que há envolvido no processo motivação pessoal e manutenção de um processo que já ocorre na comunidade.

Quanto às novas relações sociais é comum encontrar entre os migrantes as redes de apoio que atuam na socialização deste migrante na sociedade de destino. Nota-se neste artigo o papel das redes de parentesco na efetivação do projeto migratório, seja através das experiências migratórias conhecidas ou pelo incentivo da vinda de outros familiares.

Em relação à questão da identidade, buscou-se entender a migração das jovens migrantes para Montes Claros-MG, na

identidade do migrante a partir da relação eu – você – nós – outros. Nota-se que as mulheres entrevistadas, não se enxergam enquanto “migrantes”, tampouco pela condição de sujeito deslocado, mas o reconhecimento acontece pelo trabalho, pelo “ser doméstica”.

Este reconhecimento se dá mais dentro do grupo de trabalhadoras e em menor escala nos outros grupos de relações em Montes Claros. No lugar de origem o reconhecimento social se dá no retorno exatamente pelo trabalho doméstico.

Certamente, este artigo não se encerra nos limites destas páginas, conquanto é um assunto complexo, envolve personagens e funções de papéis por demais arraigados na nossa sociedade: mulher, trabalhadora doméstica, rural e migrante. Neste sentido, ficam aqui dois questionamentos para futuras pesquisas: Como se constrói a identidade de gênero entre patroas e domésticas? Como a lógica de servir aos outros como algo natural é mediada pela relação entre patroas e domésticas de lugares diferentes?

Por fim, destacar que o tema envolve uma abordagem interdisciplinar e procura dialogar com as diferentes áreas das Humanidades e desta forma contribuir para dar visibilidade aos fenômenos sociais que estão postos na sociedade, mas, que não se ousa falar, descrever, divulgar.

Referências

AGUIAR, Márcio Mucedula. **A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade.** Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n.º 36/37, ano 20, p. 83-88, 2007.

ANGELIN, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares.** 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, 2012.

BHABHA, Homí. K. **O local da cultura**. Trad: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Migração, trabalho doméstico e afeto**. Cadernos Pagu, n° 39, pp. 447-459, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

BORGES, Manuela. **Migrações e gênero: acerca das migrações guineenses em Portugal**. 7° Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010.

BRITES, Jurema. **“Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico”**. Tese (Doutorado em Antropologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

CAMILLÓTTO, Carlos. **Avaliação da condição profissional dos auxiliares domésticos**. Juiz de Fora: Departamento de Ciências Sociais da UFJF, 2002.

CASTELLS, Manuel. **The Information Age: Economy, Society and Culture**, Oxford, Blackwell Publishers (3 volumes), 1997.

COLEN, Shellee. Like a mother to them: stratified reproduction and West Indian Childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, F. e RAPP, R. **Conceiving the new world order: the global politics at reproduction**. Berkley, University California Press, 1995, pp.78-102.

DAL GALLO, Priscila Marchiori. **Lugar e identidade na experiência migrante: entre eventualidade e transitoriedade**. In: Geograficidade, v.1, n° 1, Inverno 2012.

DUTRA, Delia. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade.** 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2012.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** Salvador: Editora da UFBA. 2008. Tradução de Renato da Silveira e Prefácio de Lewis R. Gordon.

FARIA, Guélmér Júnior Almeida de, MACEDO, Luiz Antônio Matos de. **Sociedade em desenvolvimento:** as implicações sobre o trabalho doméstico. Colóquio Internacional: Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias, Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://www.coloquiointernacional.com/anais/GI7.pdf>>. Acessado em 23 de março de 2015.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.

FREIRE, José Célio. **O lugar do outro na *daseinsanalyse* de Binswanger.** In: Revista de Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, ano 8, n.º. 2, p. 266-276, 1º semestre de 2008.

FONSECA, Gildete. Reterritorialização de migrantes temporários mirabelenses. In: *o XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

GALLO, Priscila Marchiori Dal.; MARANDOLA JR, Eduardo. **Ser migrante:** lugar, identidade territorial e redes sociais. In: XXIV SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL III Seminário de Geografia do Norte do Paraná, Londrina – Paraná - Brasil, 13 a 17 de outubro de 2008.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e Identidade Pessoal,** Oeiras. Celta Editora, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás de Abreu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Identidade e diferença**. In: _____. Os pensadores. (trad. Ernildo Stein) São Paulo: Abril Cultural, 1999.

JACQUET, Christine. **Urbanização e emprego doméstico**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 52, p. 163-219, jun. 2003.

LISBOA, Tereza Kleba. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo**: a globalização da assistência. Revista de Estudos Feministas, n. 3, v. 15, p. 805-821, Florianópolis, set. /dez. 2007.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo.; DAL GALLO, Priscila Marchiori. **Ser migrante**: implicações territoriais e existenciais da migração. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. In: Revista Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, S. Paulo, nº 8, v. 1, p. 25-70, maio de 1996.

MATOS, Miguel Ragone. **Trabalhadores urbanos e domésticos**: a constituição federal e sua assimetria. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n.3, v. 17, 871-878, set. /dez. 2009.

MELO, Hildete Pereira. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 15, n. 1, 1998.

MELO, Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto. Trabalhadoras domésticas: eterna ocupação feminina. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010** / Organização: Leila Linhares

Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). 99ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT). **O Trabalho Doméstico compõe a pauta de discussão da 99ª Conferência Internacional do Trabalho.** Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-americas/-ro-lima/-lo-brasilia/documents/publication/wcms_229492.pdf>. Acessado em 15 de junho de 2015.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabalho digno para o trabalho doméstico.** [periódico da internet] 2010. [Acesso em: 04/12/12] Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eupro/lisbon/pdf/pub_trabdomestico.pdf>

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **TRAVESSIAS... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do norte de Minas Gerais.** 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Trabalho Doméstico Remunerado,** abril de 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014EmpregoDomestico.pdf>. Acessado em 14 de junho de 2015.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 1º Trimestre de 2015. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios continua/Trimestral/Comentarios/pnadc_201501_trimestre_comentarios.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios/pnadc_201501_trimestre_comentarios.pdf)>. Acessado em 13 de junho de 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Marusa Bocafoli da. **Patroas e empregadas em Campos dos Goytacazes**: uma relação delicada. 158 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) da Universidade Estadual no Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Rosimeire Oliveira. **Espaço vivido, lugar e ruralidade em Muquém Distrito de Mirabela-MG**. Monografia de Conclusão do Curso de Geografia da UNIMONTES, 2010.

SILVA, Rosimeire Oliveira; SILVEIRA, Yara M. S. C.; FONSECA, Gildete. **Lugar**: ruralidade em Muquém Distrito de Mirabela-MG. In: I Colóquio Cidade e Região: dinâmicas dos espaços urbanos e rurais, 13 a 15 de setembro de 2010.

VALIM, Ana. **Migrações- da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. **A sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no Brasil contemporâneo**. *Ruris*, v. 4, nº 1, março de 2010.

Recebido em 28/04/2015
e aceito em 11/05/2015.

Resumo: *O presente artigo tem por objetivo analisar a questão da identidade de mulheres migrantes de uma comunidade rural quanto a sua inserção no trabalho doméstico urbano. Em termos metodológicos o artigo dialoga com uma pesquisa qualitativa realizado com entrevistas em profundidades com seis mulheres migrantes, empregando um roteiro de entrevista individual. Percebeu-se que as mulheres entrevistadas não se enxergam enquanto “migrantes”, tampouco pela condição de sujeito deslocado, mas o reconhecimento acontece pelo trabalho, pelo “ser doméstica”. Este reconhecimento se dá mais dentro do grupo de trabalhadoras e em menor escala nos outros grupos de relações em Montes Claros-MG. No lugar de origem o reconhecimento social se dá no retorno exatamente pelo trabalho doméstico. Percebe-se um duplo consenso entre o trabalho e o estilo de vida urbano. Deste modo, as trajetórias dessas mulheres é uma tentativa de mudar ou melhorar de vida, dentro de um percurso em que “ganhar a vida” está sempre associado ao trabalho.*

Palavras-chaves: *Migração rural-urbana; Identidade; Mulheres; Trabalho doméstico; Norte de Minas.*

Title: *“We is born... so”: Representations identity migrant rural women at work home entered urban.*

Abstract: *This article aims to examine the question of the identity of migrant women from a rural community and their integration into urban housework. In terms of methodology the paper discusses a qualitative research conducted with interviews at depths of six migrant women, employing an individual interviews. It was noticed that the women interviewed see themselves not as "migrants", either by the subject shifted condition, but recognition happens at work at "being home." This recognition takes place more within the working group and to a lesser extent in other groups of relationships in Montes Claros, Minas Gerais. In place of origin social recognition is given in return exactly the housework. One perceives a double consensus between labor and the urban lifestyle. Thus, trajectories of these women is an attempt to change or improve their lives, in a way that "making a living" is always associated with the work.*

Keywords: *Rural-urban migration; Identity; Women; Domestic work; Northern region of Minas Gerais.*
